

# Constituintes extraoracionais e sua ordenação linear

*Extra-clause constituents and their linear ordering*

Roberto Gomes CAMACHO

Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Bolsista de Produtividade em Pesquisa,  
nível 1B – CNPq (Proc. No. 301837/2019-8)  
roberto.camacho@unesp.br



Erotilde Goreti PEZATTI

Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Bolsista de Produtividade em Pesquisa,  
nível 1B – CNPq (Proc. No. 305603/2021-3)  
erotilde.pezatti@unesp.br



**Resumo:** O objetivo geral deste artigo é fazer uma descrição de Constituintes Extraoracionais (ECCs) no português, adotando a posição de Giomi e Keizer (2020) de que esses constituintes, que sinalizam determinadas funções retóricas na superfície textual, não podem ser deixados no limbo por uma teoria voltada para o princípio de adequação pragmática como a Gramática Discursivo-Funcional (GDF). O propósito específico deste estudo é mostrar, por um lado, o caráter sintaticamente frouxo desses constituintes, que podem aparecer em posições especiais, repetidas ou não, na estrutura da Expressão Linguística, e, por outro, a proximidade teórica entre a Teoria da Estrutura Retórica (RST) (MANN; THOMPSON, 1988; MANN *et al.*, 1992; TABOADA; MANN, 2006) e a GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), em termos da função retórica que os ECCs exercem. A análise mostrou que, para a GDF e a RST, os ECCs nunca fazem parte do Ato Discursivo Nuclear e, portanto, sua posição dentro da Expressão Linguística, na perspectiva da GDF, não pode ser determinada por diferenças de escopo funcional, seja interpessoal seja representacional. Como uma consequência teórica importante, o fato de uma ordenação hierarquicamente orientada ser irrelevante para a sintaxe extraoracional explica por que não é possível identificar qualquer posição absoluta ou relativa na camada da Expressão Linguística para abrigar os ECCs.

**Palavras-chave:** constituinte extraoracional; ordenação linear; relação retórica.

**Abstract:** The aim of this paper is to make a description of extra-clausal constituents (ECC) in Portuguese adopting Giomi and Keizer's (2020) position that these constituents, performing certain rhetorical functions on the textual surface, cannot be left in limbo by a theory focused on the principle of pragmatic adequacy like Functional Discourse Grammar (FDG). This paper's specific purpose is to show, on the one hand, the syntactically loose character of these constituents, which can appear in special positions, replicated or not, in the structure of Language Expression, and, on the other hand, the theoretical closeness between Rhetorical Structure Theory (RST) (MANN; THOMPSON, 1988; MANN *et al.*, 1992; TABOADA; MANN, 2006) and GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, in terms of the rhetorical function that ECCs exert. The analysis showed that, for GDF and RST, ECCs are never part of the Nuclear Discourse Act and therefore their position within Linguistic Expression, from the perspective of GDF, cannot be determined by differences in functional scope, either interpersonal or representational. As an important theoretical consequence, the fact that hierarchically oriented ordering is irrelevant for extra-clausal syntax explains why it is not possible to identify any absolute or relative position in the Language Expression layer to house ECCs.

**Keywords:** extra-clausal constituent; linear ordering; rhetorical relation.

## 1 INTRODUÇÃO

Qualquer texto em uma língua natural pode ser exaustivamente dividido em orações e constituintes extraoracionais. Por orações, Dik (1997a) se refere às orações principais e subordinadas da gramática tradicional. Já constituintes extraoracionais (doravante ECC do inglês *extra-clausal constituent*) não são nem orações nem partes de orações. Considere-se uma construção como (1),

(1) Bem, João, acho que seu tempo acabou. (adaptado de Dik, 1997a, p. 49)

Nessa construção, os constituintes “bem” (um Iniciador) e “João” (um Vocativo) são constituintes extraoracionais; “acho” é a oração principal; e “que seu tempo acabou” é a oração subordinada.

Afirma Dik (1997b, p. 379-381) que, até certo ponto, pode-se analisar qualquer porção textual como consistindo em uma sequência de orações, em que uma se define como independente, a principal, que pode ou não conter uma ou mais orações subordinadas, e pode consistir também em uma sequência coordenada de tais orações principais.

Podem-se analisar, por outro lado, certas expressões linguísticas como porções de orações, ainda que não constituam orações completas, e descrevê-las, assim, somente indiretamente em relação à estrutura da oração. Porções da oração são particularmente comuns a termos como “à biblioteca” em resposta a uma pergunta como “Aonde você está indo?”, situação em que, para Dik (1997b, p. 379), “à biblioteca” é apenas um termo, hoje tratado, na GDF, como um sintagma adposicional, que codifica, na realidade, um Ato Discursivo. No entanto, conforme entende Dik (1997b), é possível descrever “à biblioteca” como um fragmento da oração “Vou à biblioteca”, que poderia ter sido produzida no mesmo contexto. É, portanto, possível produzir porções de oração em circunstâncias em que o contexto discursivo torna supérfluo enunciar a oração completa correspondente.

Especialmente no discurso falado, porém, muitas vezes se enuncia uma variedade de expressões não passíveis de serem analisadas nem como orações nem como porções de orações. Essas expressões, os ECCs, podem ter existência própria, ou preceder, seguir ou interromper uma oração, sendo mais frouxamente associadas a ela do que os constituintes da oração propriamente dita. Alguns autores, como Ziv (1985 *apud* DIK, 1997b, p. 380), usam o termo *parêntese* como mais ou menos equivalente ao que Dik (1997b) chama ECC; todavia, Dik prefere restringir o uso desse termo aos ECCs que interrompem uma oração e que não esgotam a categoria nesse subtipo.

Dik (1997b) enumera algumas razões por que os ECCs teriam recebido até então muito menos atenção da teoria gramatical do que a estrutura gramatical interna da oração propriamente dita: (i) os ECCs são especialmente comuns no registro falado, enquanto a atenção de linguistas tem sido muitas vezes confinada à língua escrita; (ii) os ECCs são típicos das expressões linguísticas utilizadas no discurso contínuo, enquanto os linguistas têm se concentrado frequentemente na estrutura de orações; (iii) os ECCs são um tanto frouxos e não podem, por isso, ser facilmente associados à oração, nem ser descritos em termos de regras e princípios internos à oração; e (iv) se, por um lado, os ECCs só podem ser entendidos em termos de princípios e regras pragmáticas, a maioria dos linguistas tem muitas vezes tratado a descrição gramatical como se fosse independente desse tipo de princípios e regras (DIK, 1997b, p. 380).

Como é caro para a Gramática Funcional (GF) de Dik (1997a; 1997b) o princípio de adequação pragmática, fica evidente que, se desejasse alcançar um grau convincente de adequação pragmática para suas descrições linguísticas (cf. HANNAY-VESTER, 1987; KROON, 1989 *apud* DIK, 1997b, p. 380; VRIES, 1989; ZIV, 1985), a GF não poderia ignorar estes ECCs da mesma maneira que o fazem os linguistas formais, cuja descrição é orientada majoritariamente para a sintaxe, tendo a semântica e a fonologia uma natureza secundária de caráter interpretativo.

Dik (1997a) elenca ainda algumas razões mais específicas para um linguista funcionalista dedicar atenção privilegiada aos ECCs: esses constituintes podem codeterminar a interpretação que o falante pretende imprimir à oração propriamente dita; podem interagir com a estrutura interna dela de diferentes modos; podem ser diacronicamente "absorvidos" na estrutura da oração propriamente dita, e assim fornecer uma fonte ontogenética para certos fenômenos gramaticais internos à oração.

Além dessas razões, mais que convincentes, para estudar os ECCs, a natureza deles como Atos Discursivos no exercício de funções retóricas (GIOMI; KEIZER, 2020) aproxima a GDF de outras tendências funcionalistas, como, por exemplo, a Teoria da Estrutura Retórica, "*Rhetorical Structure Theory*" (doravante RST). Neste texto, em que pretendemos prestar, com um estudo científico, uma homenagem mais do que justa a uma das principais pesquisadoras funcionalistas do Brasil, nossa querida colega Beatriz Decat, trataremos dos ECCs como relações retóricas e reivindicaremos uma interface mais estreita entre os dois modelos.

Essa nossa reivindicação não é absolutamente inédita, digamos assim, já que Antonio (2012), mediante uma investigação baseada justamente na RST, identifica relações implícitas que surgem da combinação de partes do texto, tarefa precípua da RST, e a identificação

dessas relações se assenta em parâmetros da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) em termos de camadas dos níveis interpessoal e representacional. Do Nível Interpessoal, as camadas Movimento e Ato Discursivo; do Nível Representacional, as camadas Conteúdo Proposicional e Estados de Coisas. Como se vê, nossa tentativa aqui não é uma empreitada inglória, mas perfeitamente factível em vista do modo de ver dos dois modelos teóricos funcionalistas.

Dito isso, nosso objetivo neste artigo é fazer uma descrição de ECCs no português mediante o uso de procedimentos qualitativos de análise, adotando a posição de Giomi e Keizer (2020) de que esses constituintes exercem determinadas funções retóricas na superfície textual e não podem ser deixadas no limbo por uma teoria voltada para o princípio de adequação pragmática como a GDF. Nosso principal objetivo é mostrar, por um lado, o caráter sintaticamente frouxo desses constituintes em relação à estrutura da oração, tendência que lhes dá um caráter móvel, permitindo-lhes aparecer em várias posições, repetidas ou não, na estrutura da Expressão Linguística e, por outro, a proximidade teórica entre a RST e a GDF, em termos da função retórica que exercem os ECCs.

Em atenção especial ao postulado funcionalista de que a análise deve debruçar-se sobre a língua em uso no contexto social, tanto quanto possível, aplicaremos uma análise interpretativa a dados majoritariamente extraídos do *corpus* do Projeto Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, (BACELAR DO NASCIMENTO, 2001; BETTENCOURT GONÇALVES; VELOSO, 2000) e a dados obtidos do material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC)/Brasil, cujos registros refletem transcrições de gravações em áudio com informantes cultos procedentes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e historiados por Castilho (1990).

Este texto está organizado da seguinte maneira: a seção 2 trata do referencial teórico, mais especificamente, porém, dos pontos comuns entre a GDF e a RST; a seção 3 se volta para a identificação dos ECCs no âmbito da GDF; em seguida, a seção 4 exhibe os resultados da análise dos ECCs como atos discursivos subsidiários. A seção de fechamento apresenta algumas generalizações teóricas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO: PONTOS COMUNS ENTRE A GDF E A RST

Os principais estudos sobre a estrutura retórica do discurso se fundamentam na RST, especialmente desenvolvida por Mann e Thompson (1988), Mann *et alii* (1992) e Taboada e Mann (2006), dentre outros. Esses

autores apresentam uma proposta de um modelo de estudo para a articulação de orações com base exatamente na noção de relações retóricas, como as responsáveis não só pela organização da coerência do texto como também pela combinação de orações. É nos postulados teóricos desses autores que se baseia Decat (2010) para apresentar uma proposta de um modelo de estudo para a articulação de orações, especialmente as chamadas “desgarradas”. Um conceito fundamental desenvolvido pelos autores mencionados é a noção de “proposição relacional” – já postulada por Decat (1993, 2001 *apud* DECAT 2010) e adotada também por Antonio (2004 *apud* DECAT, 2010) –, “entendida como o significado implícito que emerge da combinação de duas porções de texto, sejam elas orações ou porções maiores” (DECAT, 2010, p. 167). Segundo Antonio (2004 *apud* DECAT, 2010), a RST é uma teoria descritiva que tem como seu objeto de estudos a organização dos textos, mediante a caracterização das relações estabelecidas entre porções de textos (MANN; THOMPSON, 1988), ou “blocos de informação”, geralmente, mas não necessariamente, equivalentes a uma oração. De acordo com a RST, além de conteúdo proposicional explícito veiculadas pelas orações, há justamente as mencionadas proposições implícitas, ou proposições relacionais, que resultam das relações mantidas entre as porções do texto (MANN; THOMPSON, 1988).

No que tange à GDF, Giomi e Keizer (2020, p. 212) propõem que o estatuto extraoracional de uma expressão no Nível Morfossintático é reflexo de seu estatuto de Ato Discursivo Subsidiário no Nível Interpessoal e, como Atos Discursivos separados, essas expressões não podem, no Nível Representacional, fazer parte do Conteúdo Proposicional correspondente ao Ato Discursivo Nuclear; elas são, portanto, por definição, não submetidas a condições de verdade em relação à proposição expressa no Ato Discursivo Nuclear, um ponto de proximidade entre os dois modelos funcionalistas.

Entendem Matthiessen e Thompson (1988) que as proposições relacionais permeiam o texto todo desde as relações estabelecidas entre porções dele até as relações estabelecidas entre duas orações. A RST assume que essas relações são essenciais para a coerência textual (MANN; THOMPSON, 1988), uma vez que se, por um lado, conferem unidade ao texto, permitem, por outro, que o produtor logre atingir os objetivos a que o texto se destina. As proposições relacionais recebem outros rótulos, como “relações discursivas”, “relações de coerência” ou “relações retóricas” (TABOADA, 2009).

Em relação à organização, as relações retóricas podem ser de dois tipos: núcleo-satélite, que identifica relações hipotáticas, situação em que o satélite atua como auxiliar do núcleo; e multinucleares, ou paratáticas, como

*contraste, sequência, lista*, em que uma porção de texto não é subsidiária da outra, de modo que cada qual constitui, por si mesma, um núcleo.

Acrescenta Antonio (2004, p. 258 *apud* DECAT, 2010) que as relações retóricas são definidas pelo RST com base em quatro critérios: a) as restrições sobre o núcleo; b) as restrições sobre o satélite; c) as restrições sobre a combinação núcleo-satélite; d) o efeito. De acordo com Gómez-González e Taboada (2005), a RST assume claramente um viés voltado para o produtor do texto. Assim, a característica mais importante na definição de uma relação retórica é o efeito comunicativo que o produtor quer provocar no receptor do texto.

Nesse aspecto, a GDF e a RST têm mais um ponto em comum, já que, em primeiro lugar, a adição da palavra “discursivo” na denominação do modelo – Gramática Discursivo-Funcional –, em relação à Gramática Funcional de Dik (1997a; 1997b), foi concebida para refletir a consciência da maior proeminência na teoria do impacto das características do discurso sobre as formas linguísticas. E, de fato, a GDF procura conciliar o fato patente de que as línguas são complexos estruturados com o fato igualmente patente de que estão adaptadas para funcionar como instrumentos de comunicação entre os seres humanos (cf. HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 12).

Entende Antonio (2012, p. 258) que a identificação das relações pelo analista se assenta em julgamentos funcionais e semânticos, justamente por procurar identificar a função de cada porção de texto e por procurar investigar como o texto produz o efeito desejado em seu possível destinatário. Esses julgamentos são apenas de plausibilidade, uma vez que o analista tem acesso indireto ao texto, está ciente do contexto de produção e das convenções culturais do produtor de texto e seus possíveis destinatários, mas não tem acesso direto ao produtor ou a seus possíveis destinatários. Dessa forma, o analista não pode dizer com certeza se uma análise, ou outra possível, é a correta; tudo que pode fazer é apenas sugerir uma análise plausível (MANN; THOMPSON, 1988).

Uma análise plausível tem a ver com o postulado de Mann e Thompson (1988), adotado por Decat (2010), de que o passo inicial para a análise de um texto é a sua divisão em unidades, que, por seu lado, não dispõem de um tamanho fixo, podendo abranger desde itens lexicais típicos até parágrafos inteiros, ou porções de texto maiores. Como é o analista que determina essas unidades, Decat (2010) reafirma trabalhar com a noção de unidade de informação “*idea unit*” (CHAFE, 1980 *apud* DECAT, 2010, p. 168). Trata-se de “blocos de informação”, geralmente, mas não necessariamente, equivalentes a uma oração. Como os ECCs, para a GDF, constituem unidades



interacionais, a constituição deles varia de porções de texto a itens lexicais e a orações, que respondem por atos discursivos no Nível Interpessoal.

Antonio (2012) ressalta que dois erros devem ser evitados pelo analista. Um deles depende apenas da forma do texto. De acordo com Mann e Thompson (1988), as estruturas tipicamente estudadas pela RST são estruturas de função, e não de forma. Esse princípio metodológico tem a ver com o fato de poderem ocorrer, por exemplo, estruturas de forma com e, uma típica conjunção aditiva, mas cuja função é a de estabelecer uma relação de propósito (ANTONIO, 2012, p. 258).

Outro problema metodológico da RST consiste em aceitar que somente a presença de marcadores discursivos pode sinalizar as relações retóricas. Segundo Antonio (2012, p. 258), a investigação de conversas e artigos de jornal levou Taboada (2006; 2009) a concluir que há um grande número não sinalizado de relações retóricas. Nesse aspecto particular, o modelo teórico da RST não coincide com alguns pressupostos da GDF, que é um modelo de função para a forma, como a RST, mas formalmente orientado, o que implica sempre algum tipo de codificação morfossintática ou fonológica das funções retóricas em jogo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 39-40).

Na realidade, a GDF apela sempre para relações de escopo para decidir sobre o estatuto oracional ou extraoracional de uma expressão formal, que pode ter tanto um uso semântico, de caráter descritivo, quanto um uso não restritivo, de caráter pragmático. Giomi e Keizer (2020) afirmam que, ao contrário do que muitas vezes se supõe, não há correspondência direta entre uso não restritivo e estatuto extraoracional, nem entre uso restritivo e estatuto oracional. Isso fica evidente quando se consideram pares de sentenças do holandês, uma língua V2, em que o advérbio atitudinal *helaas* “infelizmente” tem um uso não restritivo em termos de significado e a inversão sujeito-verbo é obrigatória nos casos em que o advérbio é prosodicamente integrado à oração, consistindo num modificador; é, todavia, impossível nos casos em que o advérbio é prosodicamente independente da oração, consistindo num ECC (GIOMI; KEIZER, 2020, p. 172).

Com efeito, no entendimento de Butler (2003, p. 30), a GDF é um modelo estrutural-funcional da linguagem em virtude de ser organizado em níveis e camadas de formulação (níveis Interpessoal e Representacional) e de codificação (níveis Morfossintático e Fonológico). É, além disso, um modelo função-para-forma formalmente orientado. É, um modelo função-para-forma, por começar com a intenção comunicativa e terminar com a articulação de uma expressão linguística; é formalmente orientado, por fornecer representação apenas dos fenômenos pragmáticos e semânticos



que se refletem sistematicamente na morfossintaxe e na fonologia (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 39-40)

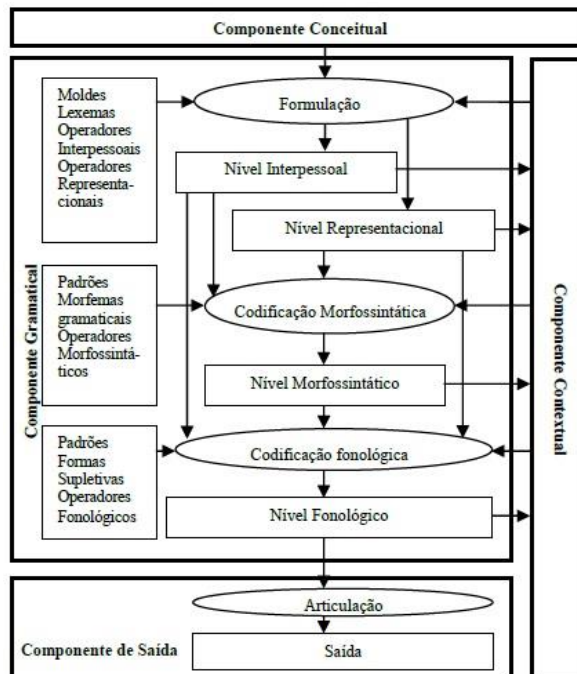
A GDF toma como unidade básica de análise Atos Discursivos em vez de sentenças, o que significa estar em seu escopo teórico a formulação de um ato de advertência, por exemplo, que pode ser expresso tanto no uso de um sintagma (2a), quanto no uso de uma oração (2b).

- (2) a Fogo!  
b Está pegando fogo no canavial!

(Fonte: Adaptado de Hengeveld; Mackenzie 2008, p.13)

Essa diversidade de Atos Discursivos no escopo teórico da GDF é decorrente do fato de ela ser concebida como “o Componente Gramatical de um modelo global de interação verbal em que esse componente se liga ao Componente Conceitual, ao Componente de Saída e ao Componente Contextual” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 44), conforme mostra a arquitetura geral na Figura 1.

Figura 1 – Layout geral da GDF



Fonte: Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.13.

Esses três componentes não fazem parte da gramática propriamente dita, mas com ela interagem por meio das operações de formulação e de codificação; a primeira operação diz respeito a regras que regem as representações pragmáticas e semânticas, e a segunda diz

respeito a regras que convertem tais representações em codificações morfossintáticas e fonológicas.

O Componente Conceitual é considerado a força motriz do Componente Gramatical, por responder tanto pelo desenvolvimento da intenção comunicativa do falante quanto pelas conceitualizações referentes a fatores extralinguísticos relevantes. O Componente de Saída, baseando-se nas informações fornecidas pelo Componente Gramatical, gera as expressões, sejam elas acústicas, escritas ou de sinais. Por fim, o Componente Contextual “contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, do contexto real perceptível em que ocorre o evento de fala e das relações sociais entre os participantes” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p.45).

Como mostra a Figura 1, a GDF tem uma orientação descendente: inicia-se com a intenção do falante no Componente Conceitual e se desenvolve até a articulação no Componente de Saída, passando pela formulação e pela codificação no Componente Gramatical, em virtude da suposição de que, quanto mais a organização de um modelo de gramática se aproximar do processamento linguístico no indivíduo, mais eficaz ele será. A respeito disso, entende-se que a GDF “leva a abordagem funcional da linguagem ao seu extremo lógico” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 47), pois, se, por um lado, a pragmática e a semântica são componentes constitutivos da gramática, por outro, dentro da orientação descendente com que ela se organiza, a Pragmática rege a Semântica; a Pragmática e a Semântica regem a Morfossintaxe; e, finalmente, a Pragmática, a Semântica e a Morfossintaxe regem a Fonologia<sup>1</sup>.

Dentro do Componente Gramatical, há quatro níveis de organização, que, por sua vez, têm uma constituição hierarquicamente ordenada em camadas. O primeiro deles é o Nível Interpessoal, responsável pelas ações linguísticas no processo de interação entre os participantes. Nele estão contidas as representações pragmáticas de formulação. Sua camada mais alta é a do Movimento (M), que, por um lado, constitui a maior unidade de interação relevante para a análise linguística e, por outro, pode conter um ou mais Atos Discursivos (A), que constituem a unidade básica do discurso.

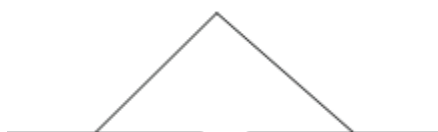
Para dar um exemplo, o Movimento de convite, ilustrado em (3), é constituído por dois atos discursivos, um dotado de ilocução declarativa e o outro, de ilocução interrogativa.

<sup>1</sup> Esse modo de organização não significa que os dois níveis de codificação sejam sempre determinados pelos dois níveis de formulação. Uma estrutura formal típica do inglês, como a estrutura apresentativa [there+be+Np], não tem nenhuma motivação propriamente pragmática ou semântica.

- (3) Tenho dois ingressos para o show. Quer ir comigo?

Pode-se afirmar que os dois Atos Discursivos de (3) são equipolentes, embora o primeiro seja a preparação para o segundo, que inclui o convite propriamente dito, representado pelo Movimento. Para a RST, trata-se aqui da aplicação de um esquema multinuclear, como mostra a Figura 2.

Figura 2 – Esquema multinuclear



Fonte: Mann e Thompson (1988)

Há, todavia, casos, como o de (4), em que, para a GDF, um Ato Discursivo é o nuclear e o outro é subsidiário, enquanto, para a RST, trata-se de uma relação núcleo-satélite.

- (4) Fique atento, que pode ter pegadinhas na prova do ENEM.

O primeiro Ato – “fique atento” – que envolve uma ilocução de conselho, é o nuclear, e o segundo – “que pode ter pegadinhas na prova do ENEM” –, que envolve uma função de motivação, é um Ato subsidiário ou um satélite por envolver uma justificativa ou explicação para a enunciação do ato nuclear de aconselhamento, conforme mostra a Figura 3.

Figura 3 – Esquema núcleo-satélite



Fonte: Mann e Thompson (1988)

Retornando, agora, para a organização em níveis e camadas da GDF, o segundo nível é o Representacional, que trata dos aspectos semânticos de uma unidade linguística, sendo, por isso, responsável pela designação. Suas camadas se definem com base nas categorias semânticas que elas identificam. A mais alta é a do Conteúdo Proposicional (p), uma entidade de terceira ordem, ou construto mental, que pode ser avaliada em termos de sua verdade. O Conteúdo Proposicional contém um ou mais Episódios (ep), que, por seu turno, pode conter um ou mais Estados de

Coisas (e), ou seja, entidades de segunda ordem que podem ser localizadas no tempo e avaliadas em termos de sua realidade.

O terceiro nível, o Morfossintático, dá conta dos aspectos estruturais de uma unidade linguística. Apesar de ser, muitas vezes, funcionalmente motivado, esse nível tem seus próprios princípios de organização. Além disso, ele recebe o *input* dos níveis de formulação e é responsável pela codificação morfossintática das representações interpessoais e representacionais. Sua camada mais alta é a Expressão linguística (Le), constituída por, pelo menos, uma unidade morfossintática, que, por sua vez, pode ser formada por Orações (Cl), como em (5a), Sintagmas (Np), como em (5b), e Palavras (Nw), como em (5c).

- (5) a Maria testou positivo.
- b Um verdadeiro fascista esse ex-presidente!!
- c Cerveja?

O quarto e último nível é o Fonológico, que trata de todos os aspectos da codificação não abrangidos pelo nível morfossintático. É ele que recebe o *input* dos três outros níveis e fornece o *input* para o Componente de Saída, a articulação propriamente dita em formato acústico, escrito ou de sinais.

Tendo fornecido um quadro geral das duas propostas e dado evidências de pontos em comum de proximidade teórica, trataremos na próxima seção da definição dos ECCs de acordo com a G(D)F para apresentar, na seção seguinte, uma análise qualitativa de casos de ECCs.

### 3 A DEFINIÇÃO DE ECC NOS QUADROS DA GDF

Ao fornecer uma definição para os ECCs, Dik (1997b, p. 380) encaminha a discussão para a resposta a três perguntas, a terceira das quais concerne ao modo como se devem descrever as propriedades formais e funcionais de cada um dos subtipos de ECCs. Nesse caso, ao definir essa categoria discursiva no que diz respeito às propriedades formais, Dik (1997a, p. 310-311; 1997b, p. 379-408) menciona as seguintes mais recorrentes e que, embora não forneçam uma definição estanque, ainda assim ajudam a identificá-los:

- (i) Os ECCs são independentes, ocorrendo, portanto, por conta própria, ou são tipicamente separados da oração propriamente dita por rupturas ou inflexões similares a pausas no contorno prosódico; têm, portanto, uma relação parentética com a oração em razão dessas características prosódicas.

- (ii) Os ECCs nunca são essenciais para a estrutura interna da oração a que se acham associados; por isso, se forem deixados de fora, a oração forma, ainda assim, um todo integral.
- (iii) Os ECCs não são sensíveis às regras gramaticais que operam dentro dos limites da oração, embora possam estar relacionados a ela por regras de correferência, paralelismo e antítese, que também podem caracterizar as relações entre as orações do discurso em progresso.
- (iv) São, em geral, mais difíceis de se subordinar do que elementos intraoracionais.
- (v) Os ECCs podem ocorrer em quatro posições: (a) absoluta – ou autônoma –, (b) pré-oracional, (c) parentética e (d) pós-oracional.

Segundo Giomi e Keizer (2020), abordagens formalmente orientadas, por seu lado, têm sugerido testes específicos para verificar a falta de integração sintática de um constituinte. Entre os testes mais invocados, estão a impossibilidade de clivagem ou interrogação de ECCs, associada ao fato de que ECCs não se enquadram no escopo de negações, proformas, quantificadores e elipses (HUDDLESTON *et al.*, 2002, p. 1350-1362 *apud* GIOMI; KEIZER, 2020, p. 169; PULLUM; HUDDLESTON, 2002, p. 575-576; QUIRK *et al.*, 1985, p. 612-631).

Como argumenta Keizer (2018; 2020), algumas dessas propriedades dos ECCs constituem essencialmente reflexos sintáticos de propriedades funcionais, em particular, do fato de que todos os ECCs não são necessariamente submetidos a condições de verdade. Assim, clivagem e interrogação, por um lado, e pronominalização, negação e elipse, por outro, somente consistem, portanto, em procedimentos bem-sucedidos, se forem aplicáveis a elementos que fazem parte do que Dik (1997a; 1997b) denomina predicação estendida, agora identificada pela GDF como Conteúdo Proposicional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), ou seja, uma categoria passível de se submeter a condições de verdade. Essa orientação teórica, postulada por Keizer (2018; 2020), retira o caráter formal das restrições em favor de um critério de natureza semântica ou representacional.

Centrando o foco, agora, nas propriedades funcionais, Dik (1997b, p. 383) afirma que os ECCs cumprem uma ou mais das seguintes funções discursivas:

- (i) no gerenciamento da interação, podem-se encontrar procedimentos como saudações (*oi*), despedidas (*tchau, adeus, até logo*), chamamentos (*ei, você aí*), (d) vocativos (*João!*), (e) respostas mínimas (*sim, não, certo*);
- (ii) na função de especificação atitudinal, podem-se mencionar os expressivos (*ai!, droga! viva!*);

- (iii) na organização do discurso, entram os seguintes tipos de ECCs: (a) marcação de fronteira, como os iniciadores (*bem, a propósito*); e (b) uso como marcadores *push* e *pop* de conectivos, como *mas, (por)que e então* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 51-52)) (c) e finalizadores (*certo, enfim...*);
- (iii) na função de Orientação, emergem ECCs que servem para ancorar cada nova contribuição para o discurso na representação discursiva até então construída; esses ECCs de orientação são separados de acordo com as funções discursivas Tema, Condição e Cenário, que fornecem informações temporais, espaciais e outras;
- (iv) na função de *tail* “Antitema”: assim como uma oração pode ser precedida por um constituinte de Orientação, que, em certo sentido, define o cenário para a interpretação consequente da oração, ela pode ser finalizada por constituintes frouxamente contíguos no final, os quais acrescentam porções de informação potencialmente relevantes para uma correta interpretação do conteúdo da oração;
- (v) na execução do discurso, entram ECCs que desempenham um papel na expressão do conteúdo real do discurso, como respostas completas, iniciadores de resposta (*bem*) e *tags*.

De acordo com Giomi e Keizer (2020, p. 171), do ponto de vista teórico, alguns aspectos dessa taxonomia dikiana não mais se sustentam no arcabouço da GDF. É crucial que noções semânticas, como Condição e Cenário (temporal ou espacial), mantenham-se separadas das estritamente interpessoais, como as de organização do discurso. Como, no entendimento dos autores, organizar o discurso é uma atividade inerentemente metacomunicativa, os verdadeiros mecanismos de organização do discurso são os que expressam relações retóricas entre unidades linguísticas, que atuam como Atos Discursivos (ou como partes deles), como, por exemplo, *em primeiro lugar, além disso, para concluir, quero dizer, resumidamente, a propósito* etc. Ainda segundo os autores, isso não significa que um sintagma ou mesmo uma oração condicional, temporal ou circunstancial não possam também desempenhar um papel na estruturação do discurso, servindo, por exemplo, de Orientação para o Ato Discursivo seguinte: contudo, é um princípio fundamental da GDF que essas duas dimensões da análise linguística devam ser claramente distinguidas uma da outra, capturando as relações semânticas/descriptivas no Nível Representacional e as discursivas/retóricas no Nível Interpessoal (GIOMI; KEIZER, 2020, p.171). Essa restrição é relevante para este texto, já que a relação pragmática é um ponto consensual entre a GDF e a RST.

Conforme já mencionado, no arcabouço da GDF, as categorias de análise recebem uma clara ordenação descendente, que começa com a intenção comunicativa e termina com a articulação de uma expressão linguística, seguindo, portanto, da formulação pragmática e semântica para a decodificação morfossintática e fonológica. Em razão dessa orientação funcional para a forma e da organização em níveis e camadas é que se trata de um modelo de linguagem a que Butler (2003, p. 30) se refere como “estrutural-funcional” (BUTLER, 2003, p. 30) e, ao mesmo tempo, um modelo “função-para-forma formalmente orientado.

Vale a pena lembrar que os quatro níveis de representação da GDF são o resultado de duas operações separadas. Partindo de cima, a primeira operação é a da Formulação, que trata de todos os elementos significativos de uma expressão linguística. Essa operação resulta em representações nos dois níveis mais altos de análise, o Interpessoal e o Representacional. Posteriormente, a segunda operação, a da Codificação, cuida das propriedades formais de uma expressão, levando a representações nos níveis Morfossintático e Fonológico.

No nível Morfossintático, as regras de ordenação são funcionalmente motivadas, na medida em que a colocação dos constituintes é quase toda determinada pelas informações advindas dos dois níveis da Formulação, sendo os elementos colocados de cima para baixo e de fora para dentro (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 310-316; KEIZER, 2015, p. 184-191); em outras palavras, ordenam-se as unidades do Nível Interpessoal antes das unidades do Nível Representacional e, dentro de cada nível, ordenam-se as unidades das camadas hierarquicamente superiores ou mais externas antes das unidades das camadas inferiores ou mais internas.

Na camada da Oração (e na do Sintagma e na da Palavra) estão disponíveis até quatro posições absolutas:  $P^I$ ,  $P^2$ ,  $P^M$  e  $P^F$ . Uma vez preenchida uma posição absoluta, tornam-se disponíveis posições relativas. Na camada da Expressão Linguística, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 312) distinguem três posições, denominadas pré-oracional ( $P^{Pre}$ ), oracional ( $P^{Centre}$ ) e pós-oracional ( $P^{Post}$ ), conforme mostra (6).

(6)	Expressão Linguística:	$P^{Pre}$		$P^{Centre}$		$P^{Post}$
	Oração:		$P^I$	$P^M$	$P^F$	

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 313) observam que os modificadores interpessoais preferem a posição pré-oracional, conforme o uso do modificador “honestamente” em (7).



(7)	p <sup>Pre</sup>	p <sup>Centre</sup>		
		p <sup>I</sup>	p <sup>M</sup>	p <sup>M+1</sup>
	Honestamente,	ela	tem bebido	novamente

Além disso, também podem ser inseridos em posições extraoracionais constituintes que atuam como Atos Discursivos Subsidiários, como em (8), em que “as ovelhas” é um Ato Discursivo de Esclarecimento, *Tail* na visão de Dik (1997b).

(8)	p <sup>Centre</sup>	p <sup>Post</sup>	
	São suas mesmo,	as ovelhas?	(PT97:SerPastor)

Pode ocorrer também que Atos Discursivos Subsidiários interrompam a ordem linear do Ato Discursivo Nuclear, como no caso das orações relativas não restritivas de (9), que consistem em Atos Discursivos Subsidiários com a função retórica Aposição, “*Aside*” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 58; 284).

- (9) [a própria metrópole, (início de A<sub>i</sub>)] [que nos colonizou. (A<sub>j</sub>)] [tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus. (fim de A<sub>i</sub>)]. (AN97:EnsinoAngola)
- (M<sub>i</sub>: [(A<sub>i</sub>: – a própria metrópole tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte– (A<sub>i</sub>)) (A<sub>j</sub>: –que nos colonizou– (A<sub>j</sub>))<sub>Aside</sub>]  
(M<sub>j</sub>))

No Nível Fonológico, o Ato Discursivo Subsidiário (A<sub>j</sub>), ou satélite, corresponde a uma Frase Entonacional distinta. No Nível Morfossintático, assume-se que os dois Atos Discursivos se integram sintaticamente em um único Sintagma Nominal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 284), como representado em (10).

- (10) (Cl<sub>i</sub>: [(Np<sub>i</sub>: –a própria metrópole que nos colonizou– (Np<sub>i</sub>)) (Vp<sub>i</sub>: –tinha– (Vp<sub>i</sub>))  
(Np<sub>j</sub>: –um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto ...– (Np<sub>j</sub>))]  
(Cl<sub>j</sub>))

Giomi e Keizer (2020, p. 167) preferem, no entanto, analisar essas Aposições como ECCs no Nível Morfossintático. Isso significa que é preciso distinguir uma terceira posição extraoracional, chamada por eles de posição interpolada (P<sup>Int</sup>), que abriga todos os elementos extraoracionais que interrompem a Oração.

Entendem Giomi e Keizer (2020) que o estatuto extraoracional de uma expressão no Nível Morfossintático é um reflexo de seu estatuto de Ato Discursivo Subsidiário (ou satélite para a RST) no Nível Interpessoal. Além disso, na qualidade de Atos Discursivos separados, ECCs não podem fazer parte, no Nível Representacional, do Conteúdo Proposicional correspondente ao Ato Discursivo Nuclear; eles são, portanto, por definição, não submetidos a condições de verdade, o que dá uma indicação de seu uso não restritivo em relação à proposição expressa no Ato Discursivo Nuclear. Essa é a razão por que eles não podem ser clivados (GIOMI; KEIZER, 2020, p. 167).

No que diz respeito aos critérios puramente sintáticos, uma consequência importante da análise dos ECCs, como Atos Discursivos separados, segundo Giomi e Keizer (2020), é o fato de sua ordem linear não estar sujeita às regras usuais de ordenação dos constituintes oracionais. Isso explica o fato de ECCs terem, de um modo geral, maior grau de mobilidade posicional.

Os ECCs nunca fazem parte do Ato Discursivo Nuclear e, portanto, sua ordenação dentro da Expressão Linguística não pode ser determinada por diferenças de escopo funcional, seja interpessoal, seja representacional. Um corolário importante dessa conclusão é o de que a distinção entre posições absolutas e relativas, próprias da Oração, não se aplica à camada da Expressão Linguística. Giomi e Keizer (2020, p. 181) sugerem, portanto, que o mecanismo que rege a criação e a atribuição de posições extraoracionais não é o de expansão centrífuga de posições absolutas com posições relativas, mas a possibilidade de repetição indefinida de cada posição extraoracional de acordo com as necessidades comunicativas do falante.

Tendo, até aqui, tratado do referencial teórico e fornecido uma caracterização funcional dos ECCs como Atos Discursivos Subsidiários, na esteira dos postulados de Giomi e Keizer (2020), passamos, na próxima seção a examinar o comportamento desse tipo de constituinte no português.

#### 4 ANÁLISE DOS ECCS COMO ATOS DISCURSIVOS SUBSIDIÁRIOS

Como visto na definição, os ECCs constituem Atos Discursivos subsidiários, categorias próprias do Nível Interpessoal, que podem assumir, no Nível Morfossintático, três posições na Expressão Linguística, posição pré-oracional ( $P^{Pre}$ ), posição interpolada ( $P^{Int}$ ) e posição pós-oracional ( $P^{Pos}$ ), relativamente à posição central ( $P^{Centre}$ ), reservada para o Ato Discursivo nuclear.

Começamos, portanto, com a análise de ECCs inseridos na posição pré-oracional ( $P^{Pre}$ ), cujos exemplos estão contidos em (11).

- (11) DOC – **Agora**, o... a gente pensar um pouco na estrutura da universidade. Como é que os cursos ou... ou...como é que as unidades estão divididas ou distribuídas. Como é que é?
- INF. – **Bom**, lá na ... Faculdade de Medicina, eu acredito que o ensino vai bem, sabe, apesar das ondas, ainda mais com o hospital; mas eu tenho a impressão que o ensino vai bem. (DID-SA-231:301)

Na posição pré-oracional, podem ocorrer ECCs que atuam na execução do discurso, em razão de desempenharem um papel de marcadores de fronteira entre turnos da fala corrente antes da expressão em si do conteúdo comunicado. Uma função de marcar posição disjuntiva em relação ao conteúdo do discurso é o uso, em (11) do ECC “agora”, enquanto o uso de “bom” marca o início da resposta do Informante em atenção à pergunta do Documentador.

Podem-se interpretar ECCs que expressam operadores ou funções no Nível Interpessoal, como *agora* em (12), como Atos Discursivos de Conexão “*Connection*” (GIOMI; KEIZER, 2020, p.178).

- |      |                   |                     |                |                  |                              |
|------|-------------------|---------------------|----------------|------------------|------------------------------|
| (12) | p <sup>Pre1</sup> | p <sup>Centre</sup> |                |                  |                              |
|      |                   | p <sup>I</sup>      | p <sup>M</sup> | p <sup>M+1</sup> | p <sup>M+2</sup>             |
|      | agora             | a gente             | pensar         | um pouco         | na estrutura da Universidade |
|      | <i>Connection</i> |                     |                |                  |                              |

Podem-se abrigar ECCs, ainda, na posição pré-oracional como indutores de comentários subjetivos ou avaliativos sobre uma parte específica do Ato Discursivo Nuclear, sendo representados como Lexema Acional (D para *Deed*)<sup>2</sup>, como “infelizmente” em (13).

- (13) mas: **in:felizmente... no Brasil...** FOI... ah: o Brasil foi vítima... dessa miséria dessa DESGRAÇA que se chama divórcio... ((risos)) a mim pouco interessa que s/ fiquem satisfeitos ou não... mas... o divórcio é o maior mal... que po:de acontecer a um país... (DID-RE-145)

Atos discursivos de Orientação, ou seja, ECCs com conteúdo representacional, que participam da organização do discurso, servindo como âncora a cada nova contribuição para o texto, ordenam-se iconicamente antes do Ato Discursivo nuclear, como mostra (14).

<sup>2</sup> “The insertion of a lexeme in a given position of pragmatic structure amounts to a communicative action that is performed by the speaker in an attempt to influence the addressee’s information state” (GIOMI, 2021, p. 214).

- (14) Eu ensino na cadeira de Dermatologia – que eu estou fazendo agora Dermatologia Infantil --, então dou aula na cadeira de Dermatologia. E, **graças a Deus, no nosso curso, os estudantes**, eles elogiam muito o curso de Dermatologia (DID-SA-231:301)

Nessa ocorrência, ECCs que encabeçam o Conteúdo Comunicado do Ato Discursivo Subsidiário, como “Graças a Deus”, representam uma locução interjetiva de desabafo positivo ou alívio, cuja função é a de Comentário, “*Comment*”, em relação ao conteúdo comunicado do Ato Nuclear; antes, porém, da enunciação do Ato Discursivo nuclear, ocorrem ainda dois Atos subsidiários de Orientação, ou seja, “no nosso curso” e “os estudantes”.

Os dois Atos Discursivos de Orientação em (14) seguem uma ordenação linear entre si, e a razão morfossintática dessa distribuição dos ECCs se baseia no conhecimento extralinguístico de longo prazo associado ao domínio cognitivo dos referentes “curso de dermatologia” e “estudantes”; de longo prazo, porque, armazenado no Componente Contextual; semântico-cognitivo, porque o Np “estudantes universitários” estabelece uma relação hiponímica com o Np “curso superior”.

Em atenção ao princípio de iconicidade, atribui-se a essa orientação semântico-cognitiva uma ordenação morfossintática tal que dá ao fragmento uma continuidade textual relevante, já que a entidade referencial “os estudantes” é retomada como tópico pelo pronome anafórico “eles” na oração que representa o Ato Discurso Nuclear. Os dois Atos Discursivos de Orientação atuando como ECCs restringem progressivamente o tópico discursivo da seguinte maneira: supertópico (curso) > subtópico (estudantes) > tópico (eles).

Como se vê pela ocorrência em (14), a gramática do português permite incluir, no campo pré-oracional ou posição P<sup>Pre</sup>, uma série de ECCs que atua tanto na execução quanto na organização do discurso, conforme mostra a representação em (15).

(15) P <sup>Pre1</sup>	P <sup>Pre2</sup>	P <sup>Pre3</sup>	P <sup>Centre</sup>
graças a Deus	no curso	nosso os estudantes	eles elogiam muito o curso de dermatologia
<i>Comment</i>	<i>Orientation</i>	<i>Orientation</i>	<i>clause</i>

O tratamento teórico dado por Giomi e Keizer (2020) a esses Atos Subsidiários, identificados como ECCs, mostra haver certo grau de flexibilidade posicional na estrutura linear, de modo que, diferentemente da maneira como os constituintes são ordenados na oração, ECCs, como os de

(15), manifestam-se na superfície morfossintática com uma ordenação dotada de posições relativas entre si e explicáveis somente por referência a questões do processamento incremental da linguagem. Esse processamento pode, por sua vez, ser influenciado pela informação contida no Componente Contextual (GIOMI; KEIZER, 2020, p. 180) e, acrescentamos, também pela informação contida no Componente Conceitual tal como postulado pela GDF.

Passemos agora a tratar dos ECCs que ocorrem tipicamente em posição interpolada  $p^{Int}$  na região  $P^{Centre}$ , rompendo, portanto, a adjacência dos constituintes oracionais, que representam o ato nuclear. Caracteristicamente é uma propriedade do ECC com função retórica *Aside*, representada por uma oração relativa não restritiva, como exemplifica a ocorrência (16).

- (16) ma:s in:felizmente... no Brasil... FOI... áh: o Brasil foi vítima... dessa miséria dessa DESGRAça que se chama divórcio... ((risos)) a mim pouco interessa que s/ fiquem satisfeitos ou não... mas... o divórcio é o maior mal... que po:de acontecer a um país... na PRÓpria Rússia Soviética... **onde... o divórcio foi instituído em mil novecentos e vinte e dois... não é?...** chego:u... a tal PONto... que o PRÓprio governo... por uma que:stão de coerência... NÃO... nã::o... não tirou... de: de norma... continuou... mas... SÓ... para a pessoa entrar com uma AÇÃO de divórcio... só para a distribuição... então já me disseram... eu não LI... (DID-RE-145)

No exemplo em (16), a oração relativa não restritiva na posição interpolada serve não apenas para fornecer informações adicionais sobre a Rússia, mencionadas na oração principal que representa o Ato Discursivo nuclear, mas também para vincular uma ligação semântica pertinente entre a oração anterior, que diz ser o divórcio o maior mal de um país, e a seguinte, em que se mencionam as consequências da instituição da lei do divórcio para a Rússia, de modo a dar coerência à porção textual toda.

Casos como o de (16) dão uma clara evidência de que ECCs podem potencializar o aumento de coerência do discurso; com efeito, a oração relativa não restritiva não tem a função de fornecer apenas informações básicas para o discurso, mas também, e sobretudo, a de movê-lo para a frente, fornecendo informações novas e salientes (GIOMI; KEIZER, 2020, p. 179; HANNAY; MACKENZIE, 1996, p. 112-113).

Vários fatores podem estar em ação ao mesmo tempo e em competição. No exemplo (16), o fator coerência discursiva suplanta o de integridade de domínio, já que o  $Np$  tem sua forma sintaticamente rompida. Situação similar se aplica à ocorrência (17), em que um sintagma adposicional ( $Adp$ ) tem sua estrutura sintática rompida e, depois, interrompida por um Ato Discursivo servindo à função de automonitoramento do discurso.

- (17) Agora, quanto a.. a... ao processo de ... **digamos** que leva a formatura, em geral... eh... prá se sair, há... há certo tipo de exame, em algumas faculdades, há um exame mais completo, mais especial, ou se segue aquela rotina mesmo? (DID-SA-301:975)

O falante abandona o princípio de integridade de domínio<sup>3</sup> durante o automonitoramento do discurso, para interpor, na oração principal, codificada morfossintaticamente pelo Ato Discursivo nuclear, a oração que representa o Ato Subsidiário “digamos”, atuando como um ECC. A função desse ato aqui é a de relativizar a interrupção da linha discursiva, eliminando um Adp potencial, para usar, em seu lugar, uma oração relativa restritiva.

Outro caso relevante é o de (18), extraído da internet.

- (18) De outro lado, acho que tem que ser uma conversa a conta-gotas. Tem que fazer aquilo que o Lula sempre soube fazer, **diga-se de passagem**, de chamar para a mesa e começar a acertar uma negociação. Mas para isso é preciso ter algum cacife na mão, para negociar. Que cacife ele vai ter, eu não sei.... (https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/11/13/militares-querem-manter-pessao-sobre-governo-lula-diz-antropologo.ht )

O ECC “diga-se de passagem” consiste num comentário paralelo, parentético, em posição interpolada, que interrompe o fluxo normal do discurso. Ao fazê-lo, desvia-se do assunto principal, representado pelo Ato Nuclear, para incluir um Ato Subsidiário de Comentário, “*Comment*”, que estabelece algum tipo de relação com o que está sendo enunciado. Nesse tipo específico de interpolação, a interrupção não constitui uma ruptura sintática do fluxo do discurso, como registra (17).

Em outros casos, o direcionamento pode ser substituído por fatores de produção como incrementalidade e automonitoramento, conforme mostram (19) e (20)

- |  |   |
|--|---|
| <p>(19) p<sup>Centre</sup></p> <p>Ato Discursivo Nuclear</p> <p>costuma ouvir cá as notícias sobre Timor</p> | <p>p<sup>Pos</sup></p> <p>Ato Subsidiário de Correção</p> <p><b>aqui em Portugal?</b></p> <p>(TL99:Independência:1)</p> |
|--|---|

<sup>3</sup> Esse princípio se refere a uma preferência, em termos tipológicos, de as unidades que pertencem conjuntamente ao Nível Interpessoal ou ao Nível Representacional aparecerem também justapostas no Nível Morfossintático (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 285-6).

(20)	p <sup>Centre</sup>	p <sup>Pos1</sup>	p <sup>Pos2</sup>
	Ato Discursivo Nuclear	Ato Subsidiário	Ato Subsidiário
	é mais válido...		
	porque você... tem o		
	homem como se o		
	homem estivesse...		
	despido... de		
	ideologia... de sua		
	cultu:ra... de seu:		
	sentido... de		
	religiosidade	<b>tanto quanto possível</b>	<b>é claro</b>

(NURC-RE-EF-337)

Em (19), o falante avalia que o dêitico *cá* não é suficiente para esclarecer o ouvinte de que lugar ele deve ouvir as notícias sobre o Timor, já que poderia ser erroneamente entendido como o espaço da interação verbal (Portugal) e não o do Timor; sente, portanto, a necessidade de incorporar, ao Ato Discursivo Nuclear, um Ato Subsidiário de Esclarecimento, por incrementalidade, na posição pós-oracional (P<sup>Pos</sup>).

Já em (20), um ECC de Elaboração (“tanto quanto possível”), é também incorporado à Expressão Linguística (Le) em P<sup>Pos</sup> com o objetivo de relativizar epistemicamente o Conteúdo Proposicional da oração principal; todavia, o falante inclui outro Ato com comprometimento epistêmico (“é claro”), mas com escopo sobre o próprio Ato Subsidiário de Elaboração, abrindo-se, nesse caso, uma expansão de P<sup>Pos</sup> para duas posições replicadas.

## 5 PALAVRAS FINAIS

Para finalizarmos este texto, fazemos, agora, uma ponte entre o que estabelecemos como objetivo e os resultados a que a análise interpretativista nos levou. Vale a pena lembrar, então, que nosso objetivo foi aplicar uma descrição de ECCs a dados selecionados do português falado adotando, teoricamente, o que postulam Giomi e Keizer (2020) sobre esses constituintes, especialmente em termos da relação entre o exercício de determinadas funções retóricas na superfície textual, conforme rege o Nível Interpessoal, e a posição que esses ECCs ocupam na camada da Expressão Linguística, conforme rege o Nível Morfossintático da GDF, na qualidade de uma teoria funcional orientada para a forma.

Conforme os objetivos mais específicos que estabelecemos, os resultados mostram, por um lado, o caráter sintaticamente frouxo desses constituintes em relação à estrutura da oração e à diversidade de funções retóricas potencialmente construídas no discurso, cuja consequência principal, como vimos, é a emergência de mais de um ECC em posições



especiais repetidas na estrutura da Expressão Linguística; essa diversidade de funções retóricas e a posição que os ECCs ocupam na linearidade morfofossintática, em termos de ordenação de constituintes, tornam possível estabelecer uma ponte teórica entre a RST e a GDF.

Nesse âmbito, um ponto relevante a assinalar é o de que a análise dos ECCs mostra claramente que eles são unidades sem tamanho fixo, que podem compreender desde itens lexicais típicos até expressões linguísticas, contendo uma grande variedade de orações, que representam Atos Discursivos Subsidiários, ou ECCs, conforme proposta de Giomi e Keizer (2020) aqui adotada. Também em relação a esse aspecto, o percurso de análise mostrou uma evidente proximidade entre a RST e a GDF, especialmente considerando que as unidades de análise, para a RST, também não dispõem de um tamanho fixo; é, ao contrário, arbitrário, conforme postulado por Mann e Thompson (1988) e adotado por Decat (2010, p. 168).

Num aspecto particular, porém, a GDF e a RST divergem: a relação teórica entre função e forma. De acordo com Mann e Thompson (1988), para a RST, as estruturas investigadas são de função e não de forma, o que conduz, inclusive, a RST a admitir que as relações retóricas podem ser não sinalizadas por marcadores discursivos. A divergência nessa questão se dá porque, como uma teoria do tipo função-para-forma formalmente orientada, a GDF não admite incorporar uma relação retórica que não esteja codificada morfofossintática ou fonologicamente.

A análise permitiu verificar que, para a GDF e a RST, os ECCs nunca fazem parte do Ato Discursivo Nuclear e, portanto, sua posição dentro da Expressão Linguística, na perspectiva da GDF, não pode ser determinada por diferenças de escopo funcional, seja interpessoal seja representacional. Como uma consequência teórica importante, o fato de uma ordenação hierarquicamente orientada ser irrelevante para a sintaxe extraoracional explica por que não é possível identificar qualquer posição absoluta ou relativa na camada da Expressão Linguística para abrigar os ECCs. O mecanismo que rege a criação e a atribuição de posições extraoracionais na GDF não é o mesmo baseado na expansão centrífuga de posições relativas a partir de posições absolutas na camada da oração, mas o que vimos é a possibilidade de uma replicação indefinida de cada posição extraoracional de acordo com as necessidades comunicativas do falante e seu interesse em persuadir o destinatário. Esse tipo de processamento dá aos ECCs uma distribuição mais flexível, que é própria de mecanismos discursivos.

## REFERÊNCIAS

ANTONIO, J. D. Expression of cause, evidence, justify and motivation rhetorical relations by causal hypotactic clauses in Brazilian Portuguese. **Acta Scientiarum. Language and Culture**. Maringá. V. 34, n. 2, p. 253-268, 2012. DOI: 10.4025/actascilangcult.v34i2.13362.

ANTONIO, J. D. **Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004. 248 p.

BACELAR DO NASCIMENTO, F. (coord.) **Português Falado, Documentos Autênticos**, Gravações áudio com transcrições alinhadas, em CD-ROM, Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa Instituto Camões, 2001.

BETTENCOURT GONÇALVES, J.; VELOSO, R. Spoken Portuguese: Geographic and Social Varieties. In: **Proceedings of the Second International Conference on Language Resources and Evaluation**, Volume II. Athens, Greece: National technical University of Athens Press, 2000, p. 905-908.

BUTLER C. S. **Structure and function**: a guide to three major structural-functional theories. Part 1: approaches to the simplex clause. Amsterdam: John Benjamins, 2003. 573p.

CASTILHO, A.T. O português culto falado no Brasil-história do Projeto Nurc no Brasil. In: PRETI, D; URBANO, H. (orgs.) **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**. v. IV: Estudos. São Paulo, T. A. Queiroz/FAPESP, 1990, p.141-97.

CHAFE, W. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W. (ed.), **The pear stories**: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production. Norwood, Ablex Publishing Company, 1980, p. 09-49.

DECAT, M.B. N. Relações retóricas e funções textual-discursivas na articulação de orações no português brasileiro em uso. **Calidoscópio**, v. 8, n. 3, 2010, p. 167-173. DOI: 10.4013/cld.2010.83.01.

DECAT, M.B.N. **“Leite com manga, morre!”**: da hipotaxe adverbial no português em uso. 1993. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas – LAEL) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993. 287 p.

DECAT, M.B.N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao ‘desgarramento’. **Scripta** (Linguística e Filologia), v. 5, n. 9, p. 104-118. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/index>

DIK, S. C. **The theory of Functional Grammar, part 1**: the structure of the clause. 2. ed. Berlin and New York: De Gruyter Mouton, 1997a. 509 p.

DIK, S. C. **The theory of Functional Grammar, part 2**: complex and derived constructions. Berlin and New York: De Gruyter Mouton, 1997b. 477 p.

GIOMI, R. The Place of Interpersonal Lexemes in Linguistic Theory, with Special Reference to Functional Discourse Grammar. **Corpus Pragmatics**, v.5, p. 187–222, 2021. DOI 10.107/s41701-020-0094-w

GIOMI, R.; KEIZER, E. Extra-clausal constituents in Functional Discourse Grammar and form. **Revista da Abralin**. v 19, n.3, p. 159-185, 2020. DOI 10.25189/rabralin.v19i3.1717

GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. L. A.; TABOADA, M. Coherence relations in functional discourse grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. L. A. (Eds.). **Studies in Functional discourse grammar**. Berne: Peter Lang, 2005. p. 227-259.

HANNAY, M.; MACKENZIE, J. L. **Effective writing in English**: a resource guide. Groningen: Martinus Nijhoff, 1996. 385 p.

HANNAY, M.; VESTER, E. Non-restrictive relatives and the representation of complex sentences. In: AUWERA, J. Van de; GOOSSENS, L. (eds.), **Ins and outs of the predication**. Dordrecht: Foris, 1987, p. 39-52.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**: a typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Gramática Discursivo-Funcional. In: SOUZA, E. R. (org.). **Funcionalismo linguístico**: novas tendências teóricas. Tradução de Marize M. Dall'Aglio-Hattner. São Paulo: Contexto, 2012, p. 43-86.

HUDDLESTON, R. et al. Coordination and supplementation. In: HUDDLESTON, R.; PULLUM, G. K. (Eds.). **The Cambridge grammar of the English language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KEIZER, E. **A Functional Discourse Grammar for English**. Oxford: Oxford University Press, 2015. 360 p.

KEIZER, E. Interpersonal adverbs in FDG: the case of *frankly*. In: KEIZER, E.; OLBERTZ, H. (Eds.). **Recent developments in Functional Discourse Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 2018. p. 48-88.

KEIZER, E. The semantics, syntax and prosody of adverbs in English: an FDG perspective. In: KALTENBÖCK, G.; HASELOW, A. (Ed.). **Grammar and cognition**: dualistic models of language structure and language processing. Amsterdam: John Benjamins, 2020, p. 191-231.

KROON, C. Causal connectors in Latin; the discourse function of *nam*, *enim*, *igitur* and *ergo*. In: LAVENCY, M. LONGREE, D. (eds.). **Actes du V Colloque de Linguistique Latine**. Louvain-la-Neuve, p. 231-243, 1989.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization. **Text**, v. 8, n.3, p. 243-271, 1988. DOI:10.1515/text.1.1988.8.3.243

MANN, W.C. *et alii*. Rhetorical Structure Theory and Text Analysis. *In*: W.C. MANN; S.A. THOMPSON (eds.). **Discourse description**: diverse linguistic analyses of a fund-raising text. Amsterdam, John Benjamins, 1992, p. 39-78.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and 'subordination'. *In*: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Ed.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1988. p. 275-329.

PULLUM, G. K.; HUDDLESTON, R. Adjectives and adverbs. *In*: HUDDLESTON, R.; PULLUM, G. K. (Ed.). **The Cambridge grammar of the English language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 525-595. 2002.

QUIRK, J. *et al.* **A comprehensive grammar of the English language**. London: Longman, 1985.

TABOADA, M. Discourse markers as signals (or not) of rhetorical relations. **Journal of Pragmatics**, v. 38, n. 4, p. 567-592, 2006. DOI:10.1515/text.1.1988.8.3.243

TABOADA, M. Implicit and explicit coherence relations. *In*: RENKEMA, J. (Ed.). **Discourse, of course**. Amsterdam: John Benjamins, 2009, p. 125-138.

TABOADA, M.; MANN, W.C. Rhetorical Structure Theory: looking back and moving ahead. **Discourse Studies**, v. 8, n. 3, p. 423-459, 2006. Disponível em: <http://dis.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/3/423>. Acesso em 19/11/2022.

VRIES, L. de. **Studies in Wambon and Komba**: aspects of two Papuan languages of Irian Jaya. Ph.D. dissertation – University of Amsterdam, 1989.

ZIV, Y. Parentheticals and Functional Grammar. *In*: BOLKESTEIN, A. M.; de GROOT, C.; MACKENZIE, J. L. (Eds.). **Syntax and pragmatics in Functional Grammar**. Dordrecht: Foris. 1985, p. 181-199.

CAMACHO, ROBERTO GOMES; PEZATTI,  
EROTILDE GORETI.  
CONSTITUINTES EXTRAORACIONAIS E SUA  
ORDENAÇÃO LINEAR. ENTREPALAVRAS,  
FORTALEZA, V. 13, N. 1, E2594, P. 38-62, JAN.-  
ABR./2022. DOI:10.22168/2237-6321-  
12594